



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2019-0056
BI-2019-0022

1 – Dados da inspeção

Data: 14/05/2019

Hora: 9h30

Tipo: Ação Direta

Âmbito: Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador.

O operador fez-se representar na inspeção pelo responsável do estabelecimento e pelo supervisor da instalação, os quais forneceram os esclarecimentos pertinentes e facultaram acesso à documentação relevante.

A inspeção consistiu na consulta de documentação e registos relacionados com a exploração do estabelecimento e com a prevenção de acidentes graves, na obtenção de esclarecimentos por parte dos interlocutores presentes e na visita às instalações. Foram presenciados trabalhos de enchimento de carro tanque com gasóleo a partir do reservatório 4S.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.

2 – Estabelecimento inspecionado

2.1 – Operador

Firma: Petrogal, S.A.

NIPC: 500697370

Sede: Rua Tomás da Fonseca, Torre C

Código Postal: 1600-209

Freguesia: São Domingos de Benfica

Concelho: Lisboa

Distrito: Lisboa

Nota: O estabelecimento inspecionado, designado por Grupo de Operação Conjunta do Aeroporto de Santa Maria, pertence, em regime de copropriedade, às empresas Petrogal e Repsol. Por acordo entre as partes, a responsabilidade pela operação e gestão das instalações está a cargo da Petrogal, SA).

2.2 – Estabelecimento inspecionado

2.2.1 – Dados gerais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Nome: Grupo de Operação Conjunta do Aeroporto de Santa Maria

Endereço: Aeroporto de Santa Maria, apartado 548

Código Postal: 9580-908

Freguesia: Vila do Porto

Concelho: Vila do Porto

Ilha: Ilha de Santa Maria

Atividade: 19201 - Fabricação de produtos petrolíferos refinados (atividade principal do operador)

Outras atividades: 47300 – Comércio a retalho de combustíveis

Período de funcionamento Das 8 às 20h, 7 dias por semana

Licenciamento da atividade: Licença de exploração n.º 05-2013, emitida pela Direção Regional da Energia.

Coordenadas: As instalações encontram-se dispersas por uma vasta área situada a sudoeste da ilha de Santa Maria (figura 2.1).



Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado (adaptado de Google Earth).

2.2.2 – Enquadramento no regime de prevenção de acidentes graves

Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento ^{a)}:

Identificação da substância perigosa	Categoria (parte I, anexo I, DL 150/2015)	Substância Designada (parte II, anexo I, DL 150/2015)	Quantidade máxima (t)
Gasóleo rodoviário	---	34 – Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	3380
AvGás 100LL	---		22
Jet A1	---		15265

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.

Início de atividade: Anterior a 2015 **Enquadramento no DL 150/2015:** Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível inferior

Integra grupo de efeito dominó? ☒ Não
☐ Sim



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.2.3 - Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas

Atividade	Descrição sumária da atividade
Receção de substâncias perigosas	O gasóleo e o Jet A1 são recebidos por <i>pipeline</i> a partir de navio tanque atracado no cais de Vila do Porto. O AvGás é recebido em taras (tambores de 200l), nas quais permanece armazenado até à utilização.
Armazenagem de substâncias perigosas	<p>A principal zona de armazenagem situa-se na <i>Tank Farm</i>, onde existem dois tanques subterrâneos para armazenamento de Jet A1, com cerca de 8000 m³ cada (tanques 4S e 5S), e um tanque aéreo para armazenamento de gasóleo com cerca de 4000 m³ (tanque 9A). À data da inspeção o tanque de gasóleo encontrava-se fora de serviço para avaliação da integridade e o gasóleo estava a ser armazenado no tanque 4S.</p> <p>Na zona HRS (<i>Hydrant Refuelling System</i>) existem 12 tanques subterrâneos para armazenamento de Jet A1, com cerca de 189 m³ cada. À data da inspeção 6 tanques encontravam-se fora de serviço. É também nesta zona que se armazenam as taras de AvGás.</p>
Utilização / transformação de substâncias perigosas	As substâncias são movimentadas no interior do estabelecimento entre os diversos reservatórios, consoante as necessidades, por intermédio de eletrobombas.
Expedição de substâncias perigosas	<p>O gasóleo é expedido por carro tanque que abastece na ilha de enchimento existem junto ao tanque 4S (desde que o tanque 9A está fora de serviço).</p> <p>O Jet A1 é bombeado por <i>pipeline</i> do HRS para o interior da zona aeroportuária, para a ilha de enchimento dos carros tanque afetos ao abastecimento de aeronaves.</p> <p>O AvGás é trasfegado dos tambores para um reservatório móvel com o qual são abastecidas as pequenas aeronaves.</p>
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	As atividades relacionadas com a operação normal do estabelecimento, tais como descarga de navios, abastecimento a aeronaves, medição de níveis, controlo de qualidade dos produtos e pequenos trabalhos de manutenção, são executadas pelo pessoal afeto ao estabelecimento.

2.2.4 – Alterações relevantes desde a última inspeção

Âmbito	Descrição sumária das alterações relevantes desde a última inspeção (junho de 2016)
Gestão / negócio	Sem alterações.
Pessoal	Alteração do responsável do estabelecimento; admissão de mais um técnico de manutenção.
Tecnologia / equipamentos	Sem alterações.
Instalações / envolvente	Alteração de armazenamento de produto no <i>Tank Farm</i> . O tanque 9A estava vazio, para avaliação de integridade e o gasóleo era armazenado no tanque 4S.
Alteração substancial? (art. 25.º DL 150/2015)	<p><input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>A alteração das condições de armazenagem foi comunicada, em janeiro de 2018, à Direção Regional do Ambiente e à Direção Regional da Energia, não tendo sido declarada como alteração substancial.</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3 – Verificação das obrigações associadas aos instrumentos de prevenção

As referências feitas no presente capítulo à APA, à IGAMAOT e à ANPC devem entender-se como sendo feitas às entidades regionais competentes na matéria, respetivamente, a Direção Regional do Ambiente (DRA), a Inspeção Regional do Ambiente (IRA) e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

3.1 – Comunicação da informação (anterior notificação)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador comunica, através de formulário, que inclui os elementos definidos no anexo II do DL 150/2015, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário; ii) Outro estabelecimento, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 14.º DL 150/2015	Cumprido	O operador atualizou a informação em conformidade com o exigido no anexo II do DL 150/2015, na sequência da inspeção realizada em 2016.
b) O operador atualiza a comunicação previamente à ocorrência das seguintes situações: i) Alteração substancial de um estabelecimento sempre que haja alteração da informação constante da comunicação; ii) Alteração da classificação de substâncias perigosas presentes, por via da alteração legislativa ou por autotransferência, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento, de nível inferior para superior ou vice-versa; iii) Alteração da informação constante das alíneas a), b) e c) do anexo II ao DL 150/2015.	n.º 2, art. 14.º DL 150/2015	Cumprido	Foram verificadas as várias atualizações da informação comunicadas pelo operador à DRA, a última das quais ocorreu em 07-02-2019.
c) O encerramento definitivo ou desativação do estabelecimento é comunicado previamente pelo operador à APA, I. P., e à IGAMAOT e, no caso de estabelecimento de nível superior, também à ANPC, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver presença de substâncias perigosas no estabelecimento.	n.º 3, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.2 – Política de prevenção de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador define uma política de prevenção de acidentes graves, que deve constar de documento escrito.	n.º 1, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	A política de prevenção de acidentes graves constava de documento afixado nas instalações, assinado e datado de 13-02-2013. Este documento foi ratificado pelos novos responsáveis em 24-01-2018.
b) A política de prevenção de acidentes graves deve ser proporcional ao perigo de acidentes graves e incluir: i) Os objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente; ii) O papel e a responsabilidade da gestão de topo; iii) O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.	n.º 2, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Evidenciado no próprio documento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) A política de prevenção de acidentes graves é revista e, se necessário, atualizada: i) De cinco em cinco anos, considerando, se aplicável, a informação disponibilizada pelos operadores dos estabelecimentos de grupo de efeito dominó; ii) Sempre que se introduza no estabelecimento uma alteração substancial.	n.º 4, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	A política de prevenção é revista anualmente no âmbito da revisão do sistema. Nas revisões efetuadas, o operador concluiu não ser necessário atualizar o documento (com exceção da ratificação acima referida).

3.3 – Relatório de segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior elabora e submete o relatório de segurança, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorra que o estabelecimento passe a ser de nível superior, tendo em atenção o disposto no artigo seguinte; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) O operador de estabelecimento de nível superior revê e, se necessário, atualiza o relatório de segurança, e submete a versão atualizada ou partes atualizadas do mesmo, nas seguintes situações: i) Previamente à introdução de uma alteração substancial do estabelecimento; ii) Periodicamente de cinco em cinco anos; iii) Na sequência de acidente grave; iv) Sempre que novos factos ou conhecimentos o justifiquem, por iniciativa do operador ou a pedido da autoridade ambiental.	n.º 2, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração substancial antes da aprovação do relatório de segurança.	n.º 10, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	
d) Se da revisão do relatório de segurança o operador verificar não ser necessária a sua atualização, deve apresentar a fundamentação dessa opção.	n.º 3, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	
e) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança e suas atualizações, o operador deve cumprir as condições constantes do parecer.	n.º 2, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.4 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador apresenta à APA, I. P., até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento.	n.º 1, art. 20.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) A auditoria é obrigatoriamente realizada por verificadores qualificados pela APA, I. P.	n.º 2, art. 20.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.5 – Plano de emergência interno (PEI) / plano de emergência interno simplificado (PEIS)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora o plano de emergência interno/Plano de emergência interno simplificado de acordo com as orientações fixadas pelas autoridades ambiental e de proteção civil, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 1, art. 22.º DL 150/2015 n.º 1, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	
b) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo que preste serviço no estabelecimento de nível superior são consultados pelo operador para efeitos de elaboração e da atualização do plano de emergência interno.	n.º 2, art. 22.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
c) Os planos de emergência internos e os planos de emergência internos simplificados são revistos e, se necessário, atualizados: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015	Cumprido	A última revisão do plano de emergência interno foi efetuada em abril de 2017.
d) O plano de emergência interno e o plano de emergência interno simplificado são colocados à disposição da APA, I. P., da ANPC, da IGAMAOT, da câmara municipal e da entidade licenciadora, coordenadora ou competente para a autorização do projeto, sempre que solicitado.	n.º 3, art. 22.º DL 150/2015 n.º 2, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	Foi consultado o plano existente no estabelecimento.

3.6 – Plano de emergência externo

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior fornece à ANPC, de acordo com as orientações fixadas por essa autoridade, a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, nas seguintes situações: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 2, art. 24.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) A informação necessária à elaboração do plano de emergência externo é revista e, se necessário, atualizada: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015 n.º 3, art. 24.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.7 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador deve realizar os seguintes exercícios de aplicação dos planos de emergência: i) Plano de emergência interno: no mínimo, uma vez por ano; ii) Plano de emergência Interno simplificado: no mínimo, de dois em dois anos; iii) Exercícios conjuntos dos planos de emergência de estabelecimentos que integrem um grupo de efeito dominó: no mínimo, de três em três anos.	n.º 1, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	Desde a inspeção antecedente foi realizado um exercício de aplicação do plano de emergência em 24-05-2017 e está agendado outro para 29-05-2019.
b) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência devem ser comunicados à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT e à câmara municipal, com uma antecedência mínima de 10 dias.	n.º 3, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	O exercício de 2019 foi comunicado às entidades em 13-05-2019.
c) A câmara municipal realiza exercícios de aplicação do plano de emergência externo, no mínimo de três em três anos, e comunica a sua realização à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT, com uma antecedência de 10 dias.	n.º 2, art. 27.º DL 150/2015	Não aplicável	Não se aplica ao operador.

3.8 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) No prazo de 30 dias, após a comunicação da APA, I. P., o operador envia aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo de efeito dominó a informação com o seguinte conteúdo mínimo: i) Descrição das atividades desenvolvidas; ii) Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança; iii) Representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó, a qual é de carácter facultativo para os estabelecimentos não enquadrados no nível superior.	n.º 3, art. 26.º DL 150/2015	Não aplicável	O estabelecimento não integra um grupo de efeito dominó.
b) O operador tem em conta a informação disponibilizada pelos estabelecimentos identificados em grupos de efeito dominó, nomeadamente a relativa à natureza e extensão do perigo global de acidente grave, na sua política de prevenção de acidentes graves, no sistema de gestão da segurança, no relatório de segurança, no plano de emergência interno e na informação necessária à elaboração do plano de emergência externo.	n.º 5, art. 26.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.9 – Avaliação de compatibilidade de localização

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador requer a avaliação da compatibilidade, acompanhado de um estudo das zonas de perigosidade do estabelecimento nas seguintes situações: i) Projeto de implantação de novo estabelecimento; ii) Projeto de alteração substancial.	art. 8.º e 9.º DL 150/2015	Cumprido	O estudo foi apresentado à DRA em setembro de 2013. O documento foi aceite e validado pela DRA. (Formulário ref.ª DSMAAL-NS/2013/001, ofício SAI-DRA/2013/2381)
b) No caso de decisão favorável condicionada, o operador deve cumprir as condições estabelecidas.	n.º 3, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração antes de decisão da APA, I. P., que ateste a compatibilidade de localização dos projetos.	n.º 4, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.10 – Cadastro de zonas de perigosidade

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador envia, através de formulário, proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento, nos seguintes prazos: i) Até um ano, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível superior; ii) Até dois anos, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível inferior; iii) Até à entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações; iv) Até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015, no caso de outro estabelecimento.	art. 12.º DL 150/2015	Cumprido	O operador remeteu a proposta de zonas de perigosidade do estabelecimento à DRA em 30-06-2017. (distribuição SGC0165/2016/553, etapa 13)

3.11 – Informação ao público

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora, divulga e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI.	n.º 1, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	O operador divulga e mantém disponível informação ao público no endereço eletrónico https://www.galp.com/corp/pt/sustentabilidade/os-nossos-compromissos/protecao-das-pessoas-ambiente-ativos/seguranca/gestao-de-incidentes (acesso em 23-04-2019, formulário datado de 08/10/2018)
b) A informação prevista no número anterior é atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando ocorra uma alteração substancial do estabelecimento.	n.º 2, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	

3.12 – Responsabilidade ambiental

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Instalação abrangida por apólice de seguro de responsabilidade ambiental da seguradora AIG Europe, válida até 01-04-2020.

4 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

4.1 – Garantia de meios e estruturas adequados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador é responsável pela implementação da política de prevenção de acidentes graves, garantindo a existência de meios e estruturas adequadas e de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves (estabelecimento de nível superior) ou sistemas de gestão adequados (estabelecimento de nível inferior). O sistema de gestão de segurança deve ser proporcional aos perigos, às atividades industriais e à complexidade da organização do estabelecimento e basear-se na avaliação dos riscos. O sistema de gestão de segurança integra a parte do sistema de gestão geral que inclui a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos que permitem determinar e pôr em prática a política de prevenção de acidentes graves.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador possui um sistema integrado de gestão (SIG) que abrange as áreas da qualidade, ambiente, SHST e responsabilidade social, o qual também contribui para a implementação da política de prevenção de acidentes graves. Verificou-se que o operador tem implementadas práticas e procedimentos que abordam todos os itens da alínea c) do anexo III do Decreto-Lei n.º 150/2015, conforme consta dos pontos 4.2 a 4.8 do presente relatório.

4.2 – Organização e pessoal

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Funções e responsabilidades do pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização em conjunto com as medidas destinadas a reforçar a sensibilização para a necessidade de melhoria contínua. Identificação das necessidades de formação desse pessoal e organização dessa formação. Participação do pessoal, incluindo subcontratados a operar no estabelecimento, relevante do ponto de vista da segurança.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi discutido o quadro de pessoal do estabelecimento, com o respetivo enquadramento hierárquico e funcional. Foram abordadas as ações de formação ministradas e previstas, bem como o processo de contratação realizado recentemente para reforço da equipa de manutenção.

4.3 – Identificação e avaliação dos perigos de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificação sistemática dos perigos de acidentes graves que possam surgir em condições normais e anormais de funcionamento, incluindo atividades subcontratadas, se relevante, e avaliação da probabilidade de ocorrência desses acidentes e da sua gravidade.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador realizou uma identificação e avaliação dos perigos de acidentes graves, que consta da documentação de avaliação de compatibilidade de localização entregue em 2013, conforme mencionado em 3.9. Foram identificados perigos de acidentes graves relacionados com fuga/derrame e incêndio/explosão. No âmbito da revisão anual do sistema é avaliada a adequabilidade desta documentação, não tendo sido ainda concluído pela necessidade de alteração da mesma.

4.4 – Controlo operacional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos e instruções para o funcionamento em condições de segurança, incluindo operações de manutenção, processos, equipamento, gestão dos alarmes e paragens temporárias; tendo em conta as informações disponíveis sobre melhores práticas em matéria de monitorização e controlo para reduzir o risco de falha do sistema; gestão e controlo dos riscos associados ao envelhecimento do equipamento existente no estabelecimento e corrosão; inventário do equipamento do estabelecimento, estratégia e metodologia para monitorização e controlo do estado do equipamento; seguimento apropriado e quaisquer medidas necessárias.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foram observadas as instalações, equipamento e algumas operações, bem como consultados documentos e registos diversos sobre procedimentos, inspeção e manutenção de equipamentos. Verificou-se que o operador tem implementadas práticas e procedimentos para que a exploração do estabelecimento decorra em condições de segurança. Contudo, foram identificados os seguintes aspetos a melhorar: a) A ilha de enchimento de carros tanque com gasóleo, instalada temporariamente junto ao tanque 4S, não reunia as condições adequadas em matéria de impermeabilização do solo, recolha e tratamento de águas residuais oleosas. Por outro lado, poderá melhorar-se a informação disponível neste local com a afixação de uma lista de contactos e com a alteração da lista de procedimentos para enchimento de carros tanque (na parte relativa à drenagem dos tanques do veículo). b) O manual ATEX, versão 2, rev. 04, de 24-01-2015, encontrava-se desatualizado. Para além de contemplar operações já inexistentes (p. ex. pit's de abastecimento) estava previsto no próprio manual que o mesmo deveria ser revisto em 2018.

4.5 – Gestão das modificações

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para o planeamento das modificações a introduzir ou para a conceção de uma nova instalação, processo ou local de armazenagem.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi verificada a aplicação do procedimento de gestão das modificações à alteração do armazenamento de gasóleo, ocorrida no início de 2018.

4.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificar emergências previsíveis através de uma análise sistemática, e para preparar, testar e rever planos de emergência a fim de responder a essas emergências, proporcionando formação específica ao pessoal em causa. Essa formação deverá ser dada a todo o pessoal que trabalhe no estabelecimento, incluindo o pessoal subcontratado relevante.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador mantém em vigor um plano de emergência interno que atualiza regularmente. Evidenciou a realização de formação ao pessoal bem como simulacros, de modo a preparar a resposta a emergências.

4.7 – Monitorização de desempenho



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados a uma avaliação contínua do cumprimento dos objetivos fixados pelo operador no âmbito da política de prevenção de acidentes graves e do sistema de gestão da segurança e introdução de mecanismos de investigação e de correção em caso de não cumprimento. Os procedimentos devem englobar o sistema de comunicação de acidentes graves ou de incidentes, nomeadamente os que envolveram falha nas medidas de proteção, e a sua investigação e acompanhamento, com base nas lições aprendidas. Os procedimentos podem também incluir indicadores de desempenho, nomeadamente em matéria de segurança, e outros indicadores pertinentes.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador evidenciou uma prática de monitorização do desempenho nomeadamente através do controlo do grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos para o estabelecimento (em vários domínios, entre os quais se inclui o da prevenção de acidentes graves) bem como através do registo, investigação e correção das falhas que possa ocorrer.

4.8 – Auditoria e revisão

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados à avaliação periódica e sistemática da política de prevenção dos acidentes graves e da eficácia e adequação do sistema de gestão da segurança. Revisão documentada dos resultados da política e do sistema de gestão da segurança e a sua atualização pela gestão de topo, incluindo a consideração e integração das alterações necessárias, resultantes da auditoria e da revisão.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O sistema é revisto pela gestão com periodicidade anual. No processo de revisão são tidos em conta, nomeadamente, os resultados de auditorias, inspeções ou qualquer outro contributo de entidades externas, bem como os resultados atingidos relativamente aos objetivos estipulados. Foi consultada a ata da revisão efetuada em 2018, datada de 12-06-2018.

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas irregularidades passíveis de procedimento contraordenacional.

Foram verificados os seguintes aspetos a melhorar:

- A ilha de enchimento de carros tanque com gasóleo, instalada temporariamente junto ao tanque 4S, não reunia as condições adequadas em matéria de impermeabilização do solo, recolha e tratamento de águas residuais oleosas. Por outro lado, poderá melhorar-se a informação disponível neste local com a afixação de uma lista de contactos e com a alteração da lista de procedimentos para enchimento de carros tanque (na parte relativa à drenagem dos tanques do veículo).
- O manual ATEX, versão 2, rev. 04, de 24-01-2015, encontrava-se desatualizado. Para além de contemplar operações já inexistentes (p. ex. pit's de abastecimento) estava previsto no próprio manual que o mesmo deveria ser revisto em 2018.

6 – Indicações e medidas adotadas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, o relatório será remetido ao operador para conhecimento.

No prazo de 4 meses após a comunicação do relatório o operador deverá informar a Inspeção Regional do Ambiente sobre as medidas adotadas relativamente aos aspetos a melhorar identificados no ponto 5.

Ponta Delgada, 22 de maio de 2019

O Inspetor Superior Principal

(Paulo Martinho Pires)